

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/38892	50816/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFG - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1/1)
Presidente da Câmara Municipal
Data: 2025-08-27 16:22:05
HASH: 727afaeef1a2803776c4ee6e9c031f9



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/38329	47266/2025	Fiscalização de ocupação de espaço público
Unidade Administrativa		
DF - DFG - DIVISÃO		
Propósito		
Expediente Geral \ DF - Despacho (sem notificação)		
Órgão/Cargo que resolve		
Chefe DF - Ana Bárbara da Silva Magalhães		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Notificação ao proprietário para proceder à regularização ou remoção da Ocupação de Espaço Público

Técnica responsável:

Agente de fiscalização:

Local: Estabelecimento Flor do Vouga - Praça Conde de Agrolongo, nº 143, UF S. Lázaro e S. João do Souto

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Na sequência da informação prestada pela Polícia Municipal (PM) que, em deslocação ao local a 03/11/2025, constatou que se encontravam instalada, em ocupação de espaço público, uma (1) esplanada, sem que para tal o proprietário detivesse o necessário título, um (1) toldo em desconformidade com o título, pelo que, foi elaborada a respetiva Participação (PI-911-2025), de modo a que o Departamento Jurídico instaure os competentes processos contraordenacionais.

Face ao exposto, propõe-se superiormente que se determine a notificação do proprietário/explorador, de que dispõe do prazo máximo de cinco (5) dias para proceder à regularização das desconformidades efetuadas e alertando de que deverá corrigir a mera comunicação prévia de início de atividade que não se encontra submetida em nome do explorador do estabelecimento.

Caso, no prazo definido, o factos em causa não sejam voluntariamente regularizados, a remoção será realizada coercivamente por este Município, sendo imputadas ao proprietário todas as despesas realizadas.

À superior consideração da Diretora do Departamento de Fiscalização,

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



